

# A LÓGICA DA DISPARIDADE SUBJETIVA<sup>1</sup>

(O Inconsciente como laço social)

*Por Arlete Mourão*

Os avanços lacanianos do inconsciente freudiano nos convocam a considerar uma outra lógica para o laço social, que não a da *Massenpsychologie* levantada por Freud em *Psicologia das massas e análise do Eu*. Qual poderia ser essa outra lógica e, no caso do laço social entre analistas, quais poderia ser suas implicações para a transmissão da psicanálise? Minha tese é a de que essa outra lógica pode ser pensada em termos de uma *disparidade subjetiva*, decorrente da própria lógica do inconsciente – do inconsciente estruturado como linguagem. Trata-se de uma perspectiva que recoloca em cena, tanto no laço social quanto na transmissão, a dimensão da transferência.

Para abordar a questão do laço social entre os analistas e da transmissão da psicanálise pelo viés da transferência, é necessário tomá-la em sua natureza específica de “abertura do inconsciente”. É essa a transferência resgatada pelo redimensionamento laciano do inconsciente em função da linguagem. Tal redimensionamento, ao colocar o inconsciente no campo do discurso, faz com que a transferência deixe de ser, exclusivamente, uma condição de vínculo entre analista e analisando, que seria o “fechamento do” inconsciente, e passe a ser considerada também em sua especificidade mais primitiva, ou seja, a de *Entstellung* – aquela “transposição” entre significantes, pontuada por Freud na *Interpretação dos Sonhos*, ou ainda, como se referiu Lacan, aquela presentificação da “esquize” do sujeito. Trata-se, pois, de uma transferência que, por si só, faz objeção à inter-subjetividade. Ao “entre-pares”?

O que chamo de uma lógica de “disparidade subjetiva” se contrapõe à lógica do “entre-pares”, tendo me sido convocada, também, a partir de uma outra perspectiva delimitada pela aceção do inconsciente estruturado como linguagem, que é a perspectiva da “não existência da relação sexual”. Aqui, o que se introduz tanto nos laços quanto na transmissão é sua dialetização nessa dimensão de impossibilidade e/ou inexistência.

A pertinência de se colocar as questões do laço social e da transmissão nessas perspectivas de transferência e de inexistência – que convocam o registro da disparidade subjetiva – é a de poder opô-las ao registro das identificações e, com isso, podermos nos

---

<sup>1</sup> Texto preparado para leitura (por “leitor”) e discussão (por “debatador”) no I Congresso Internacional de Convergência, realizado em janeiro de 2001, em Paris.

perguntar sobre qual o destino das identificações depois da análise, em especial, quanto ao Sujeito suposto Saber. Portanto, trata-se de relacionar disparidade e destituição subjetiva.

Nesse ponto, recorro ao que Lacan colocou no seminário XI: “É na medida em que o desejo do analista, que resta como um  $x$ , tende para um sentido exatamente contrário à identificação, que a travessia do campo da identificação é possível, pelo intermédio da separação do sujeito na experiência. A experiência do sujeito é assim reconduzida ao plano onde se pode presentificar, da realidade do inconsciente, a pulsão” ( pag.259).

Tal colocação pode ser lida de duas formas. Uma delas é pensar a análise e seu fim, em três tempos lógicos: um momento no qual a pulsão ainda está colada ao discurso do Outro (SsS) – tempo da identificação; um outro tempo em que a pulsão se descola do SsS e fica como resto de uma operação metaforizada no significante Nome-do-Pai – tempo de passagem de analisando à analista; e um momento no qual o sujeito, pela queda do Outro, que não lhe dá mais garantias, só pode re-intrincar a pulsão, reintegrando-a ao seu próprio discurso – tempo de efeitos de transmissão.

Uma outra leitura da colocação lacaniana seria pensar que, se a identificação se ancora no campo da demanda, a presentificação da pulsão convoca a vertente do desejo, cujo objeto que o causa deixa de ser colado ao Outro. Aqui, o Outro do desejo passa a subsistir exclusivamente pela alteridade dos significantes – desfiladeiros nos quais vem se ancorar a pulsão. Nessa perspectiva, a economia do desejo fica marcada por uma relação de transferência à palavra, ao Outro da palavra *Aí*, a referência – e não a identificação – passa a ser com o Outro do significante, o Outro que, em si, *ex-siste*, e não mais com os significantes do Outro, tomado aqui como um Outro existente, encarnável.

Essas duas leituras, além de nos permitirem considerar a experiência como uma experiência de percurso de transferência, ao delimitarem uma implicação lógica para além do campo das identificações – ou seja, para a lógica da disparidade subjetiva, que seria a versão “subjetivada” da lógica do significante – nos ajudam a avançar um pouco mais no esclarecimento de uma ética que rege nossos laços sociais e a transmissão da psicanálise.

Tal ética só pode dizer respeito às implicações e incidências da destituição subjetiva nesses movimentos da extensão. Em outras palavras, trata-se de apreendermos quais os efeitos desse sujeito “separado na experiência”. Uma vez que

tais efeitos referem-se a um saber que desliza incessantemente sob os significantes, pode-se dizer que convocam, inevitavelmente, a in-ter-loquções.

Regidas por uma lógica “disparidade subjetiva”, a especificidade dessas in-ter-loquções é a de se estabelecer sobre um tipo de laço social, no qual onde o que enlaça são as diferenças. Isso coloca os laços sociais, inexoravelmente, na categoria de “laços falhados”. Portanto, laços diferentes de laços sociais que se baseiam em afinidades ou identificações e, também, diferentes de uma relação que poderia ser denominada “entre-pares”. Numa perspectiva de destituição subjetiva, entre os pares, só há disparidade .

As conseqüências desses “laços falhados” para a transmissão, na medida em que se baseiam em in-ter-loquções de diferenças num registro puramente significante, são as de condicionarem não falhas na transmissão, como muitas vezes se diz, mas a transmissão da falha.

Abordadas dessa forma, a transmissão e o laço social podem ser (re)vistos como assegurando a dimensão do desejo – em sua acepção de insatisfação e/ou impossibilidade<sup>2</sup>. Com isso, aquilo que faz vínculo entre os analistas pode ser (re)considerado como sendo determinado por uma geografia<sup>3</sup> do desejo, decorrente de uma geografia da transferência – transferência a um discurso e não, exclusivamente, a um “mais um” ou a um mestre; pode ser (re)considerado, também, como laço social e transmissão que se referem a colocação em ato de uma transferência ao discurso analítico.

É nessa dimensão que podemos considerar nossos “encontros”, nossas “convergências”, como sendo, de fato, “desencontros”, “divergências”, na medida em que são conseqüências estruturais de um enodamento a partir de nossas diferenças. Isso significa que, junto à lógica do comum, seja enodada a lógica do um a um: enodamento do que nos diferencia.

Finalizo essas considerações sintetizando-as na seguinte formulação: tal como o sustentar o “desejo do analista”, o laço social entre analistas é um exercício de castração<sup>4</sup>. Um exercício nesse registro pode ter efeitos de transmissão, na medida em que há aí uma produção de saber (da ordem de uma invenção), que não se toma como

---

<sup>2</sup> E não só na acepção do “desejo do analista” restrita à análise em intensão (e seu fim);

<sup>3</sup> A expressão “geografia” ocorreu-me em função de tentar marcar a diferença com uma transferência que estabelece laços a partir de outros “territórios”, que não os do desejo.

<sup>4</sup> Exercício esse, testemunhado inclusive por nossos escritos, nossas produções, nossos “encontros”, enfim, por nossas possibilidades “convergentes”, sempre em falta!

verdade (a não ser como ficção), mas reenvia ao não saber, à impotência, ao sem sentido. Tal reenvio sustenta-se numa lógica de disparidade subjetiva.